DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

EDUCAÇÃO, GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER NO ESPAÇO ESCOLAR: ANÁLISE DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS.

EDUCATION, GENDER AND POWER RELATIONS IN THE SCHOOL CONTEXT: ANALYSIS OF INSTITUTIONAL PRACTICES

Renata Primo de Sousa[1]
Jéssica Araújo de Souza[2]
Emília Teixeira Lima Eufrasio[3]
Valeria Dos Santos Marques[4]
Maicon Novaes Lima[5]
Wevinlly da Cruz Silva[6]
Inaê Elias do Nascimento[7]

RESUMO:
O estudo analisa as relações entre educação, gênero e poder no espaço escolar, compreendendo a escola como ambiente no qual práticas institucionais, curriculares e pedagógicas participam da produção e da regulação de identidades sociais. Investiga-se como normas de gênero atravessam o cotidiano educativo, influenciando interações, expectativas comportamentais e processos de reconhecimento entre estudantes e profissionais da educação. O estudo tem como objetivo geral analisar de que maneira as práticas institucionais presentes na escola contribuem para a produção e a reprodução das relações de gênero no cotidiano escolar. Como objetivos específicos, examina os processos de socialização de gênero presentes na instituição educativa, analisa representações de masculinidades e feminilidades no currículo e nos materiais didáticos e investiga como interações pedagógicas e práticas disciplinares participam da formação de hierarquias simbólicas entre os sujeitos. O problema de pesquisa pergunta: de que maneira as práticas institucionais presentes no cotidiano escolar participam da produção, da reprodução e da regulação das relações de gênero? A pesquisa adota abordagem qualitativa, com metodologia bibliográfica fundamentada na análise crítica

[1] Graduação em Letras – Português, Francês e Literaturas – Universidade Federal do Ceará (2003–2007); Especialização Lato Sensu em Educação a Distância – Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (2010–2012); Mestrado em Ciências da Educação – Universidad San Carlos. Lattes: https://lattes.cnpq.br/6027296222459187. E-mail: renataprimo@unilab.edu.br

[2] Bacharela em Direito pela IESP. Especialista em Direito Penal e Processo Penal, Criminologia e Psicologia Jurídica e Forense pela UniBF. Especialista em Ciências das Religiões pela Facuminas. Aluna especial no Mestrado em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Lattes: https://lattes.cnpq.br/8832852521170734. E-mail: drajessicaasouzza@gmail.com.

[3] Graduada em Direito pela Universidade Católica de Brasília – UCB (2003–2008). Mestre em Direito pela Universidade Católica de Brasília – UCB (2013–2015). Especialista em Proficiência em Tecnologias Digitais para uma Educação Empreendedora pela Faculdade Mário Quintana (bolsista da Secretaria de Educação do DF) (2023–2025). Doutoranda (aluna especial) em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília – UnB (início em 2025). Lattes: https://lattes.cnpq.br/9024711234972768. E-mail: emilia.eufrasio@gmail.com.

[4] Graduação em Letras – Português e Literatura pela Estácio de Sá (2001–2006). Especialização em Alfabetização e Letramento pela Faculdade de Educação São Luís (2019). Mestranda em Educação pela ENBER University.

[5] Bacharelado em Direito – Universidade Federal da Bahia (2017–2025.2, em andamento); Licenciatura em Letras: Língua Portuguesa e respectivas Literaturas – Faculdade Unyleya (2022–2024); Especialização em Linguagens, Tecnologias e Mundo do Trabalho. Lattes: https://lattes.cnpq.br/8392392586725441. E-mail: maicon-novaes-lima@gmail.com.

[6] Graduanda em Letras – Língua Portuguesa – Universidade Federal da Paraíba. Lattes: https://lattes.cnpq.br/0606205679582323. E-mail: swevinlly@gmail.com.

[7] Licenciatura em Pedagogia – Universidade Estadual Paulista (conclusão em 2016); Graduação em Psicologia – Universidade do Oeste Paulista (conclusão em 2023); Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial – Escola de Saúde Pública do Distrito Federal. Lattes: https://lattes.cnpq.br/9955143420411385. E-mail: inaellias@outlook.com.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

da literatura sobre educação e gênero. Os resultados indicam que a escola atua simultaneamente como espaço de reprodução e de tensionamento das normas de gênero, revelando que as práticas institucionais e pedagógicas influenciam a construção das identidades sociais e a organização das relações de poder no ambiente educativo.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Relações de poder; Práticas institucionais.

ABSTRACT:
The study analyzes the relationships between education, gender and power within the school environment, understanding the school as a space in which institutional, curricular and pedagogical practices participate in the production and regulation of social identities. It investigates how gender norms permeate everyday educational life, influencing interactions, behavioral expectations and processes of recognition among students and education professionals. The study aims to analyze how institutional practices present in schools contribute to the production and reproduction of gender relations in everyday school life. As specific objectives, it examines gender socialization processes within the educational institution, analyzes representations of masculinities and femininities in the curriculum and teaching materials, and investigates how pedagogical interactions and disciplinary practices contribute to the formation of symbolic hierarchies among subjects. The research problem asks: how do institutional practices present in everyday school life participate in the production, reproduction and regulation of gender relations? The research adopts a qualitative approach with a bibliographic methodology based on a critical analysis of the literature on education and gender. The results indicate that the school acts simultaneously as a space for the reproduction and the contestation of gender norms, revealing that institutional and pedagogical practices influence the construction of social identities and the organization of power relations within the educational environment.

Keywords: Education; Gender; Power relations; Institutional practices.

INTRODUÇÃO

A compreensão das relações entre educação, gênero e poder no interior das instituições escolares exige reconhecer que a escola não constitui apenas um espaço de transmissão de conhecimentos formais, mas um ambiente no qual processos complexos de socialização, regulação institucional e produção de identidades sociais se articulam continuamente. Nesse contexto, as normas de gênero atravessam as práticas educativas de maneira profunda, configurando expectativas sociais que orientam comportamentos, interações e formas de reconhecimento entre os sujeitos que compõem o espaço escolar. A literatura sobre socialização de gênero demonstra que as identidades associadas ao masculino e ao feminino são produzidas por meio de processos culturais que envolvem múltiplas instituições, entre as quais a escola ocupa posição estratégica. Traverso-Yépez (2005) argumenta que os espaços educativos funcionam como arenas de negociação identitária nas quais adolescentes e jovens internalizam, reinterpretam e, por vezes, tensionam os discursos culturais que definem as fronteiras entre masculinidades e feminilidades. Essa dinâmica torna-se ainda mais evidente quando se considera que a escola participa da continuidade de processos de socialização iniciados no âmbito familiar e comunitário, aspecto ressaltado por Costa (1999) ao analisar como as percepções parentais sobre gênero influenciam a forma pela qual crianças

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

interpretam comportamentos e expectativas sociais. Ao mesmo tempo, estudos sobre infância e educação indicam que as instituições escolares também atuam como espaços de produção cultural nos quais tais normas são reorganizadas e recontextualizadas, revelando que a construção das identidades de gênero envolve processos interativos que atravessam diferentes dimensões da vida social. Nesse sentido, Marchi (2011) propõe compreender a infância como campo de disputas simbólicas no qual relações de poder atravessam as experiências educativas, enquanto Santos (2017) observa que a socialização de gênero na escola frequentemente reproduz padrões culturais que já circulam em outros espaços institucionais, como a família e as instituições religiosas, evidenciando a existência de continuidades e tensões entre diferentes contextos de socialização.

A análise das práticas escolares também revela que as normas de gênero se materializam em dimensões institucionais que ultrapassam as interações cotidianas entre estudantes e professores, alcançando a organização curricular, os materiais didáticos utilizados no processo educativo e as representações simbólicas mobilizadas nas práticas pedagógicas. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: de que maneira as práticas institucionais presentes no cotidiano escolar participam da produção, da reprodução e da regulação das relações de gênero, influenciando a constituição de hierarquias simbólicas e a formação das identidades sociais no espaço educativo?

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar como as práticas institucionais presentes na escola contribuem para a produção e a reprodução das relações de gênero no cotidiano escolar, investigando de que modo tais práticas influenciam a construção das identidades sociais, a organização das interações pedagógicas e a formação de hierarquias simbólicas entre os sujeitos que compõem o ambiente educativo.

Como objetivos específicos, busca-se examinar os processos de socialização de gênero que atravessam o cotidiano escolar e sua articulação com as experiências familiares e culturais dos estudantes; analisar a presença de representações de masculinidades e feminilidades no currículo e nos materiais didáticos utilizados nas práticas pedagógicas; investigar como as interações pedagógicas e as práticas disciplinares participam da produção de hierarquias de gênero no ambiente escolar; e compreender as dinâmicas institucionais que possibilitam tanto a reprodução quanto a contestação das normas de gênero nas instituições educativas.

A metodologia adotada nesta pesquisa caracteriza-se como estudo de natureza qualitativa, fundamentado em análise bibliográfica e documental sobre as relações entre educação, gênero e práticas institucionais no espaço escolar. O percurso investigativo baseia-se na revisão crítica da literatura produzida no campo dos estudos de gênero e

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

educação, articulando contribuições teóricas provenientes de pesquisas que analisam processos de socialização, currículo, materiais didáticos e dinâmicas de poder no cotidiano escolar. A análise das obras selecionadas permitiu identificar categorias interpretativas capazes de orientar a compreensão das relações entre práticas institucionais e produção das identidades de gênero, possibilitando a construção de uma reflexão crítica sobre as formas pelas quais tais relações se manifestam nas instituições educativas.

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo reside na necessidade de ampliar o debate acadêmico sobre as relações entre educação e gênero, especialmente no que se refere à análise das práticas institucionais que estruturam o cotidiano escolar. A investigação das dinâmicas de poder presentes na escola torna-se particularmente relevante em contextos sociais marcados por persistentes desigualdades de gênero, uma vez que as instituições educativas desempenham papel significativo na formação de valores, atitudes e concepções sociais que orientam a convivência coletiva. Ao problematizar as formas pelas quais normas de gênero são produzidas e reguladas no espaço escolar, esta pesquisa busca contribuir para o aprofundamento das discussões teóricas sobre socialização, currículo e práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que oferece subsídios para reflexões críticas no campo da formação docente e das políticas educacionais voltadas à promoção de relações mais equitativas no ambiente educativo.

2. EDUCAÇÃO, GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

2.1 CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO

A compreensão das construções sociais de gênero requer deslocamento analítico em relação a concepções naturalizantes que historicamente atribuíram às diferenças entre homens e mulheres uma origem biológica imutável, perspectiva que, durante longos períodos, estruturou interpretações sobre comportamento, papéis sociais e trajetórias individuais. A partir das inflexões teóricas promovidas pelos estudos feministas e pelas ciências sociais ao longo do século XX, a categoria gênero passou a ser concebida como um processo social e histórico de produção de significados, no qual as distinções atribuídas aos corpos são mediadas por práticas culturais, discursos normativos e dispositivos institucionais que orientam a formação de identidades e expectativas sociais. Nesse enquadramento, a socialização emerge como um mecanismo por meio do qual normas, valores e representações relacionadas ao masculino e ao feminino são transmitidos e incorporados desde os primeiros anos de vida, produzindo esquemas interpretativos que orientam comportamentos,

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

preferências e formas de interação social. A literatura especializada aponta que tais processos não se limitam à transmissão direta de regras ou orientações explícitas, mas se manifestam também por meio de rotinas cotidianas, padrões de linguagem, organização das atividades e expectativas dirigidas às crianças, que operam como dispositivos de diferenciação simbólica entre os gêneros. Estudos sobre socialização de gênero indicam que a infância constitui um momento privilegiado para observar essas dinâmicas, uma vez que é nesse período que se consolidam práticas educativas e culturais que orientam a compreensão social do que se espera de meninas e meninos, configurando um sistema de referências que articula família, escola e outros espaços de socialização. A análise desenvolvida por Costa e Antoniazzi (1999) aponta que as percepções parentais desempenham papel central nesse processo, pois as expectativas construídas no interior das relações familiares influenciam a forma como habilidades, comportamentos e expressões emocionais são interpretados e incentivados nas crianças. Nessa direção, Traverso-Yépez e Pinheiro (2005) observam que a socialização de gênero não ocorre de maneira homogênea, mas se organiza em torno de múltiplos mecanismos institucionais que produzem distinções simbólicas e materiais entre masculinidades e feminilidades, frequentemente associadas a regimes de autoridade e a relações de poder que atravessam o cotidiano das interações sociais.

O caráter processual da socialização de gênero torna visível a maneira pela qual instituições e práticas culturais operam na produção de identidades, articulando dimensões simbólicas e materiais que orientam a experiência social dos sujeitos. Ao examinar as dinâmicas de socialização presentes na infância, diversos estudos apontam que as interações estabelecidas entre crianças, adultos e instituições educativas constituem espaços privilegiados de aprendizagem social, nos quais padrões de comportamento e expectativas de gênero são continuamente negociados e reafirmados. Pesquisas etnográficas realizadas em contextos escolares e comunitários demonstram que atividades aparentemente banais, como brincadeiras, organização de grupos ou distribuição de tarefas, contribuem para a formação de fronteiras simbólicas que delimitam o que é considerado apropriado para meninas e meninos, configurando um sistema de distinções que tende a ser naturalizado ao longo do processo educativo. Ribeiro (2006) identifica, por exemplo, que as brincadeiras infantis funcionam como arenas de socialização nas quais se articulam sexualidade, identidade e diferenciação social, produzindo códigos de pertencimento que orientam a participação das crianças em determinados espaços e atividades. Essa dinâmica evidencia que a construção das identidades de gênero não se reduz à interiorização passiva de normas sociais, mas envolve processos interativos nos quais os sujeitos interpretam, negociam e, em determinadas circunstâncias,

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

reconfiguram os significados associados ao masculino e ao feminino. Nesse sentido, Marchi (2011) propõe compreender a infância como um campo de disputas simbólicas no qual se entrecruzam discursos institucionais, expectativas familiares e práticas culturais que produzem diferentes formas de subjetivação. Ao mesmo tempo, a presença de múltiplos agentes socializadores amplia a complexidade dessas dinâmicas, uma vez que família, escola, instituições religiosas e meios de comunicação participam simultaneamente da produção de referências normativas que orientam a experiência social das crianças. Santos (2017), ao examinar a socialização de gênero na educação infantil, argumenta que a circulação desses diferentes discursos institucionais pode gerar continuidades e rupturas nos modos pelos quais as crianças interpretam as normas de gênero, revelando a existência de tensões entre práticas culturais tradicionais e experiências sociais que abrem espaço para outras formas de significação identitária.

2.2 ESCOLA COMO ESPAÇO DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DE NORMAS DE GÊNERO

A análise da escola como espaço social exige compreendê-la não apenas como instituição responsável pela transmissão sistematizada de conhecimentos, mas como um ambiente complexo no qual normas culturais, expectativas sociais e dispositivos de regulação simbólica participam ativamente da formação das subjetividades. Nesse contexto, as relações de gênero ocupam posição estruturante, pois atravessam a organização das práticas pedagógicas, as formas de interação entre estudantes e professores e os critérios implícitos que orientam a avaliação de comportamentos considerados adequados no ambiente escolar. A escola participa da produção de identidades sociais ao operar como instância de socialização secundária, responsável por ampliar e reorganizar referências previamente constituídas no âmbito familiar e comunitário. A literatura sociológica e educacional indica que o processo educativo envolve, simultaneamente, a aprendizagem de conteúdos formais e a internalização de normas culturais que regulam a convivência social, entre as quais se incluem padrões associados ao masculino e ao feminino. Nesse sentido, Traverso-Yépez (2005), ao examinar a socialização de gênero na adolescência, argumenta que as instituições educativas funcionam como arenas nas quais discursos normativos sobre masculinidades e feminilidades são continuamente reiterados por meio de práticas pedagógicas, discursos institucionais e expectativas comportamentais dirigidas aos estudantes. Essas dinâmicas não se manifestam apenas em orientações explícitas, mas também na organização das rotinas escolares, na distribuição de responsabilidades e nas formas de interação que se estabelecem entre adultos e

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

crianças. A análise proposta por Costa (1999) sobre a influência da socialização primária evidencia que as concepções de gênero transmitidas no interior das famílias não permanecem isoladas nesse espaço, sendo frequentemente reforçadas ou reinterpretadas pelas instituições educativas, que atuam como mediadoras na consolidação dessas representações sociais. Nesse quadro, a escola passa a operar como um dispositivo de normalização cultural, no qual comportamentos, interesses e formas de expressão são continuamente avaliados à luz de expectativas que distinguem socialmente o que é considerado apropriado para meninas e meninos.

A presença dessas normas no cotidiano escolar pode ser observada em diferentes dimensões da vida institucional, incluindo a organização curricular, a seleção de conteúdos didáticos e as formas de interação que estruturam as práticas pedagógicas. Estudos que investigam a socialização de gênero na infância indicam que a escola participa ativamente da produção de distinções simbólicas ao reforçar determinados repertórios culturais associados aos papéis sociais tradicionalmente atribuídos a homens e mulheres. Ao examinar a construção social das diferenças entre meninas e meninos no contexto das brincadeiras infantis, Ribeiro (2006) demonstra que os espaços escolares frequentemente reproduzem divisões simbólicas que orientam a participação das crianças em atividades consideradas compatíveis com suas identidades de gênero. Tais dinâmicas não se limitam ao universo lúdico, pois se estendem às expectativas relacionadas ao desempenho acadêmico, ao comportamento disciplinar e às trajetórias educacionais projetadas para cada grupo. Nessa direção, Marchi (2011) argumenta que a infância deve ser compreendida como um campo no qual relações de poder atravessam os processos educativos, produzindo regimes de classificação que organizam a experiência social das crianças. Essas classificações operam por meio de práticas aparentemente neutras, como a organização das atividades em sala de aula ou a distribuição de tarefas, mas acabam por reforçar distinções simbólicas que delimitam fronteiras entre masculinidades e feminilidades socialmente legitimadas. A análise de Santos (2017) sobre os processos de socialização na educação infantil amplia essa discussão ao evidenciar que as instituições escolares frequentemente dialogam com discursos provenientes de outros espaços sociais, como a família e as instituições religiosas, produzindo continuidades nos padrões normativos associados ao gênero. Ao mesmo tempo, tais espaços também podem se tornar arenas de disputa simbólica nas quais as crianças reinterpretam ou questionam expectativas culturais que orientam sua participação nas atividades escolares.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

3. INSTITUIÇÕES ESCOLARES E A ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

3.1 CULTURA INSTITUCIONAL E REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

A compreensão da cultura institucional escolar requer situá-la no interior de um conjunto de práticas, valores, discursos e rotinas que orientam a organização cotidiana da vida escolar e estruturam os modos pelos quais sujeitos interpretam comportamentos, hierarquizam condutas e produzem classificações sociais no interior da instituição. A escola não se configura apenas como espaço de transmissão de conteúdos curriculares, mas como ambiente no qual se estabelecem regimes normativos que atravessam a constituição das identidades e a organização das relações sociais. Nesse cenário, as relações de gênero ocupam posição central na estrutura simbólica que orienta interações, expectativas e processos de regulação social, uma vez que o cotidiano escolar envolve múltiplos mecanismos por meio dos quais se produzem distinções entre masculinidades e feminilidades socialmente legitimadas. Tais distinções não se limitam a discursos formais presentes em documentos pedagógicos ou diretrizes curriculares, mas se manifestam de maneira difusa nas práticas institucionais que organizam a disciplina escolar, os modos de interação entre professores e estudantes e as expectativas comportamentais associadas aos diferentes sujeitos que compõem o espaço educativo. A análise proposta por Carvalho (2004) sobre as relações entre escola e família permite compreender que os padrões de socialização que atravessam o ambiente escolar se articulam com expectativas sociais mais amplas relacionadas à formação de meninos e meninas, produzindo continuidades entre os valores transmitidos no âmbito doméstico e aqueles mobilizados pelas instituições educativas. Nesse contexto, a cultura institucional escolar atua como mediadora de normas sociais que orientam a construção das identidades de gênero, operando por meio de práticas cotidianas que atribuem significados diferenciados aos comportamentos e às formas de participação dos estudantes nas atividades escolares. Ao examinar a dinâmica das relações de gênero no ambiente educativo, Félix e Palafox (2009) argumentam que muitas dessas normas permanecem naturalizadas no interior da escola, sendo incorporadas às rotinas pedagógicas de maneira aparentemente neutra, ainda que contribuam para a reprodução de hierarquias simbólicas entre os sujeitos.

A análise da cultura institucional também exige considerar a forma pela qual relações de poder se organizam no interior das instituições, produzindo mecanismos de regulação que orientam comportamentos e delimitam possibilidades de ação para diferentes grupos sociais. A escola, enquanto organização social, estrutura suas práticas a partir de normas formais e

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

informais que definem padrões de conduta e critérios de avaliação do comportamento considerado legítimo no ambiente educativo. Cappelle (2004), ao examinar as relações de poder em contextos organizacionais, argumenta que as instituições operam por meio de dispositivos simbólicos que regulam interações e orientam a distribuição de autoridade entre os sujeitos. Essa perspectiva permite compreender que as relações de gênero presentes no espaço escolar não constituem apenas resultado de atitudes individuais ou preconceitos isolados, mas integram uma rede de práticas institucionais que reproduzem estruturas sociais mais amplas. Nessa direção, Dinis (2008) propõe analisar a educação como campo no qual discursos sobre gênero e sexualidade são continuamente produzidos e regulados, constituindo regimes de normalização que definem fronteiras entre comportamentos aceitos e condutas consideradas desviantes. O cotidiano escolar revela, nesse sentido, múltiplas formas de controle simbólico que incidem sobre os corpos e as identidades dos estudantes, incluindo regras disciplinares, expectativas pedagógicas e mecanismos informais de vigilância social. A presença dessas dinâmicas torna-se particularmente visível em situações de conflito relacionadas à expressão de identidades de gênero e sexualidade, nas quais práticas de hostilidade, exclusão ou violência podem emergir como formas de reafirmação das normas culturais dominantes. Miranda (2017), ao investigar episódios de agressões e conflitos em escolas públicas, identifica que xingamentos, olhares de reprovação e outras formas de violência simbólica constituem estratégias por meio das quais determinados grupos procuram reafirmar padrões normativos de masculinidade e feminilidade, evidenciando que as relações de gênero atravessam o cotidiano escolar de maneira profunda e muitas vezes silenciosa.

3.2 CURRÍCULO, MATERIAIS DIDÁTICOS E REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADES E FEMINILIDADES

A análise do currículo escolar como campo de produção de significados sociais permite compreender que os conteúdos ensinados, as formas de organização do conhecimento e os materiais didáticos utilizados nas instituições educativas participam da construção simbólica das identidades de gênero. O currículo não se limita a uma lista neutra de conteúdos, pois integra um conjunto de escolhas culturais que refletem disputas sociais acerca do que deve ser ensinado, de quais conhecimentos são legitimados e de quais representações são mobilizadas para interpretar o mundo social. Nesse contexto, as representações de masculinidades e feminilidades presentes nos materiais didáticos constituem parte de um processo mais amplo de socialização que atravessa o cotidiano escolar e orienta a formação de expectativas acerca dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. A relação entre

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

currículo e gênero envolve, portanto, um campo de tensões no qual se articulam discursos institucionais, práticas pedagógicas e representações culturais que contribuem para a reprodução ou a problematização das normas sociais que organizam as diferenças entre os gêneros. De Andrade Ferreira (2021), ao discutir as relações entre gênero e currículo, argumenta que a seleção e a organização dos conteúdos escolares estão inseridas em processos históricos que estruturam hierarquias simbólicas e produzem modos específicos de compreender os corpos, as identidades e as formas de participação social. Essa perspectiva permite compreender que o currículo não apenas transmite conhecimentos formais, mas também integra um sistema de significações que orienta a maneira pela qual estudantes interpretam as relações sociais e constroem referências sobre masculinidades e feminilidades. A reflexão proposta por Vicente (2017) amplia essa discussão ao examinar como o corpo e o gênero são representados nos conteúdos escolares, indicando que tais representações frequentemente operam como dispositivos de regulação simbólica que delimitam os comportamentos considerados socialmente legítimos no ambiente educativo.

A presença dessas representações torna-se particularmente visível na análise dos materiais didáticos utilizados nas escolas, uma vez que livros, imagens e atividades pedagógicas constituem artefatos culturais por meio dos quais discursos sociais sobre gênero são transmitidos e reinterpretados. Estudos que investigam a produção editorial de materiais escolares indicam que os livros didáticos frequentemente reproduzem padrões simbólicos que associam determinadas características, profissões ou comportamentos a homens e mulheres, contribuindo para a naturalização de distinções que atravessam a organização social do trabalho e da vida cotidiana. Barbosa (2020), ao examinar a construção das masculinidades e feminilidades nos livros didáticos, observa que as narrativas e imagens presentes nesses materiais tendem a reforçar modelos tradicionais de representação de gênero, nos quais homens aparecem associados a atividades de liderança, ciência ou autoridade, enquanto mulheres são frequentemente vinculadas a papéis domésticos ou de cuidado. Essa dinâmica revela que os materiais pedagógicos não funcionam apenas como instrumentos de ensino, mas como dispositivos culturais que produzem significados sociais acerca das identidades de gênero. Marques (2022), ao analisar imagens presentes em livros didáticos de Ciências da Natureza destinados à educação de jovens e adultos, identifica que as representações visuais frequentemente reproduzem hierarquias simbólicas que posicionam os corpos masculinos como referências de atividade, racionalidade e protagonismo científico, enquanto as figuras femininas são associadas a espaços de suporte ou cuidado. A análise proposta por Duarte (2023) sobre a representação do corpo masculino em livros de Ciências evidencia que essas

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

narrativas também participam da produção de modelos de masculinidade vinculados à força física, à racionalidade e à autoridade, reforçando concepções culturais que associam determinados atributos corporais e comportamentais ao masculino. A reflexão desenvolvida por Ribeiro (2003), ao examinar materiais didáticos utilizados no ensino de língua inglesa, indica que essas representações não se restringem a um único campo disciplinar, mas atravessam diferentes áreas do currículo, revelando a presença de padrões narrativos que organizam a construção simbólica das identidades de gênero no interior da escola.

A relação entre currículo, materiais didáticos e representações de gênero também envolve processos de disputa e reconfiguração que emergem quando sujeitos e instituições questionam os modelos normativos presentes nos conteúdos escolares. O currículo constitui um campo no qual diferentes perspectivas teóricas e políticas disputam a definição dos conhecimentos considerados legítimos no processo educativo, o que implica reconhecer que as representações de masculinidades e feminilidades presentes nos materiais didáticos não são estáticas, mas resultado de processos históricos e culturais que podem ser reinterpretados e transformados. Souza (2021), ao discutir as classificações presentes no currículo de biologia relacionadas a gênero e sexualidade, argumenta que os discursos científicos mobilizados nos conteúdos escolares frequentemente operam como mecanismos de normalização que classificam corpos e identidades de acordo com padrões binários, produzindo categorias que influenciam a forma como estudantes compreendem a diversidade humana. Sales (2023), ao analisar experiências formativas que problematizam gênero e sexualidade no currículo, indica que práticas pedagógicas voltadas à reflexão crítica podem produzir deslocamentos nas formas de compreender essas representações, abrindo espaço para interpretações que questionam hierarquias simbólicas historicamente reproduzidas pela escola. A análise desenvolvida por De Almeida (2019) sobre currículo e sexualidades aponta que a formação docente desempenha papel central nesse processo, uma vez que professores e professoras atuam como mediadores na interpretação dos conteúdos escolares e na construção de práticas pedagógicas capazes de tensionar discursos normativos presentes nos materiais didáticos. Nessa direção, De Almeida (2025) discute o descompasso existente entre orientações curriculares voltadas à diversidade e as práticas efetivamente realizadas nas instituições educativas, indicando que a presença de diretrizes formais não garante, por si só, a transformação das representações culturais que estruturam o currículo escolar. A análise de Lima (2024) sobre representações femininas em materiais didáticos de língua portuguesa revela que, mesmo em contextos nos quais se observam mudanças nas políticas educacionais, persistem narrativas que reproduzem modelos tradicionais de feminilidade associados à

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

sensibilidade, à domesticidade ou à dependência emocional, indicando que o currículo continua sendo um espaço no qual disputas simbólicas em torno das identidades de gênero permanecem em constante negociação no interior das práticas educativas.

3.3 INTERAÇÕES PEDAGÓGICAS, DISCIPLINA ESCOLAR E PRODUÇÃO DE HIERARQUIAS DE GÊNERO

A compreensão das interações pedagógicas no interior das instituições escolares exige considerar que o processo educativo não se limita à transmissão de conteúdos curriculares, pois envolve também a produção de formas específicas de regulação dos comportamentos, das corporalidades e das expectativas sociais associadas aos sujeitos que participam do cotidiano escolar. A disciplina escolar, entendida como conjunto de práticas, normas e rotinas que organizam a convivência no ambiente educativo, participa ativamente da constituição de hierarquias simbólicas que atravessam as relações de gênero. Tais hierarquias não se manifestam apenas por meio de discursos explícitos sobre masculinidades e feminilidades, mas também por meio de mecanismos cotidianos de controle e avaliação que orientam a forma como estudantes são percebidos, classificados e posicionados nas interações pedagógicas. Nesse sentido, as práticas disciplinares presentes na escola contribuem para a produção de expectativas diferenciadas em relação ao comportamento de meninos e meninas, configurando um sistema de interpretações sociais que atribui significados distintos a atitudes semelhantes quando realizadas por sujeitos de gêneros diferentes. De Andrade Ferreira (2021), ao examinar as relações entre gênero e currículo, aponta que as práticas pedagógicas participam da produção de disposições culturais que orientam a maneira pela qual estudantes interpretam normas sociais relacionadas ao corpo, ao comportamento e às formas de participação no espaço escolar. Essa perspectiva permite compreender que as interações entre professores e estudantes operam como dispositivos de socialização que estruturam percepções sobre autoridade, disciplina e legitimidade no ambiente educativo. Vicente (2017) argumenta que o currículo escolar, ao produzir representações específicas do corpo e das identidades sociais, participa da construção de expectativas normativas que orientam a forma como estudantes são avaliados em termos de comportamento e desempenho. Nesse contexto, a disciplina escolar passa a atuar como mecanismo de regulação das expressões de gênero, delimitando quais formas de corporalidade e conduta são consideradas compatíveis com as normas institucionais que organizam o cotidiano da escola.

A análise dessas dinâmicas revela que as interações pedagógicas frequentemente reproduzem padrões culturais que associam determinadas características comportamentais a

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

masculinidades e feminilidades socialmente legitimadas. No cotidiano escolar, comportamentos interpretados como indisciplina ou inadequação podem ser avaliados de maneira distinta dependendo do gênero do estudante, produzindo efeitos diferenciados na forma como meninos e meninas são enquadrados nas práticas pedagógicas. Barbosa (2020), ao discutir a construção das masculinidades e feminilidades nos materiais didáticos e nas práticas educativas, argumenta que os discursos presentes na escola contribuem para a naturalização de modelos específicos de comportamento associados ao masculino e ao feminino. Essa naturalização se manifesta, por exemplo, quando atitudes de assertividade ou contestação são interpretadas como traços de liderança quando associadas a estudantes do sexo masculino, enquanto comportamentos semelhantes podem ser classificados como inadequados ou disruptivos quando realizados por meninas. Ao analisar representações de masculinidade presentes nos livros didáticos de Ciências, Duarte (2023) observa que a escola frequentemente reproduz narrativas que associam o masculino a atributos como racionalidade, autonomia e autoridade, contribuindo para a produção de expectativas sociais que orientam as interações pedagógicas. Essa dinâmica se articula com representações culturais que atravessam diferentes dimensões do currículo, como demonstram Marques (2022) ao examinar imagens presentes em materiais didáticos de Ciências da Natureza, identificando a recorrência de representações nas quais homens ocupam posições de protagonismo intelectual e técnico. Quando essas representações são mobilizadas nas práticas pedagógicas, acabam influenciando as formas pelas quais estudantes interpretam suas próprias capacidades e possibilidades de participação no ambiente escolar. Ribeiro (2003), ao discutir a presença de representações de gênero em materiais didáticos utilizados no ensino de língua inglesa, argumenta que tais narrativas contribuem para a produção de expectativas sociais que orientam tanto o comportamento dos estudantes quanto as formas de intervenção pedagógica adotadas pelos professores.

Essas dinâmicas revelam que as hierarquias de gênero presentes no espaço escolar não resultam exclusivamente de conteúdos formais presentes no currículo, mas se constituem também por meio das relações cotidianas que estruturam a disciplina escolar e as interações pedagógicas. O processo educativo envolve a circulação de discursos que classificam comportamentos, corpos e identidades de acordo com padrões culturais que delimitam formas legítimas de participação no ambiente escolar. Souza (2021), ao analisar as classificações presentes no currículo de biologia relacionadas a gênero e sexualidade, argumenta que a escola frequentemente opera com categorias normativas que organizam os sujeitos em torno de modelos binários de identidade. Essas classificações influenciam a forma como estudantes

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

interpretam sua posição no espaço escolar e como professores conduzem práticas pedagógicas relacionadas à disciplina e ao controle do comportamento. Sales (2023) observa que iniciativas pedagógicas voltadas à problematização das relações de gênero no currículo podem produzir deslocamentos nas formas de compreender essas classificações, ao promover reflexões que questionam as hierarquias simbólicas historicamente reproduzidas pela escola.

4. PRÁTICAS INSTITUCIONAIS E DINÂMICAS DE PODER NO COTIDIANO ESCOLAR

A análise das práticas institucionais no interior da escola requer compreender o espaço educativo como um campo social no qual se articulam múltiplos dispositivos de regulação simbólica e material que orientam as formas de interação entre sujeitos, as expectativas sobre comportamentos considerados legítimos e as classificações que organizam as identidades sociais no cotidiano escolar. A escola opera como ambiente de socialização no qual discursos culturais, práticas pedagógicas e estruturas institucionais participam da produção de significados associados às diferenças de gênero, configurando um sistema de normas que atravessa tanto a organização do currículo quanto as rotinas que estruturam a vida escolar. A construção social do gênero, conforme argumentam D'Abreu (2012) e Fávero (2012), não pode ser compreendida como expressão direta de diferenças biológicas, pois envolve processos históricos e culturais por meio dos quais determinados comportamentos, valores e expectativas passam a ser associados a masculinidades e feminilidades socialmente legitimadas. No interior das instituições educativas, essas construções se articulam com práticas disciplinares e pedagógicas que orientam a forma como estudantes são interpretados e posicionados nas relações cotidianas. A análise desenvolvida por Costa (1999) acerca da influência da socialização primária indica que concepções familiares sobre gênero atravessam o espaço escolar e interagem com as normas institucionais que organizam o processo educativo. Traverso-Yépez (2005) acrescenta que a adolescência constitui momento particularmente significativo nesse processo, pois a escola se torna um espaço central de negociação identitária, no qual expectativas sociais associadas ao gênero passam a orientar formas de participação, reconhecimento e pertencimento entre os estudantes. Nessa perspectiva, a instituição escolar não se limita a reproduzir valores sociais previamente existentes, mas atua como agente ativo na produção e na reorganização das relações de poder que atravessam a formação das identidades de gênero.

As dinâmicas de poder presentes no cotidiano escolar se manifestam de maneira complexa nas interações pedagógicas, nas formas de disciplina institucional e nos processos

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

de avaliação que orientam o reconhecimento dos sujeitos no ambiente educativo. Cappelle (2004), ao examinar a dinâmica das relações de poder em contextos organizacionais, argumenta que instituições operam por meio de dispositivos simbólicos que regulam comportamentos e estruturam hierarquias sociais. Quando transposta para o contexto escolar, essa perspectiva permite compreender que as relações entre professores, estudantes e gestores participam da produção de classificações sociais que atravessam as experiências educativas. Carvalho (2004) observa que a escola se insere em um sistema mais amplo de socialização no qual família, cultura e instituição escolar interagem na produção de expectativas acerca dos papéis de gênero. Essas expectativas se materializam em práticas aparentemente cotidianas, como a forma de organização das atividades escolares, as estratégias de disciplina utilizadas pelos docentes e as expectativas associadas ao comportamento de meninas e meninos. Marchi (2011) propõe compreender a infância como campo de disputas simbólicas no qual relações de poder atravessam os processos de socialização, produzindo regimes de classificação que orientam a experiência social das crianças. Nessa direção, Santos (2017) demonstra que a socialização de gênero na educação infantil envolve continuidades entre os discursos familiares, religiosos e escolares, revelando que a escola participa de um sistema mais amplo de produção de normas sociais. Tais dinâmicas tornam-se visíveis quando determinados comportamentos são interpretados de maneira diferenciada conforme o gênero do estudante, configurando um sistema de expectativas que orienta tanto a avaliação pedagógica quanto a regulação disciplinar. Félix (2009) identifica que muitas dessas práticas permanecem naturalizadas no cotidiano escolar, operando como mecanismos de reprodução simbólica que estruturam a forma como estudantes percebem suas próprias identidades e possibilidades de participação no ambiente educativo.

A relação entre práticas institucionais e dinâmicas de poder também se manifesta na maneira pela qual o currículo, os materiais didáticos e as práticas pedagógicas contribuem para a produção de representações sociais acerca das identidades de gênero. Barbosa (2020), ao examinar a construção das masculinidades e feminilidades nos livros didáticos, argumenta que esses materiais funcionam como dispositivos culturais por meio dos quais narrativas sobre papéis sociais são transmitidas e reinterpretadas no espaço escolar. A presença dessas representações influencia a forma como estudantes interpretam suas próprias trajetórias e possibilidades de inserção social, processo que Lima (2017) relaciona à internalização de expectativas de gênero que podem orientar escolhas profissionais e projetos de vida. A análise desenvolvida por Duarte (2023) sobre representações da masculinidade em livros didáticos de ciências revela que determinadas narrativas associam o masculino a atributos como

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

racionalidade e autoridade, enquanto Marques (2022) identifica padrões visuais semelhantes na representação de personagens masculinos e femininos em materiais pedagógicos de ciências da natureza. Essas representações se articulam com as práticas institucionais presentes na escola, contribuindo para a formação de expectativas sociais que orientam as interações pedagógicas. Souza (2021) argumenta que o currículo científico frequentemente mobiliza classificações que organizam os corpos e as identidades segundo modelos binários, produzindo efeitos na forma como estudantes interpretam a diversidade humana. Ao mesmo tempo, processos educativos podem se tornar espaços de contestação dessas classificações quando práticas pedagógicas problematizam as normas culturais que estruturam o currículo escolar. Sales (2023) observa que experiências formativas voltadas à reflexão crítica sobre gênero e sexualidade possibilitam a produção de novos significados nas práticas educativas, embora tais iniciativas frequentemente enfrentem tensões decorrentes das estruturas culturais que orientam o funcionamento das instituições escolares. Exner (2021) identifica que a implementação de políticas educacionais voltadas à igualdade de gênero muitas vezes oscila entre a adesão formal às diretrizes institucionais e a persistência de valores culturais que limitam a transformação das práticas pedagógicas. Nesse cenário, a escola permanece como espaço de negociação contínua entre normas sociais, práticas institucionais e experiências individuais, no qual relações de poder são constantemente reproduzidas, reinterpretadas e tensionadas nas interações que estruturam o cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação desenvolvida ao longo deste estudo partiu da compreensão de que a escola constitui um espaço social atravessado por múltiplas relações de poder, no qual práticas institucionais, discursos pedagógicos e rotinas organizacionais participam da produção e da regulação de identidades sociais, especialmente no que se refere às formas pelas quais masculinidades e feminilidades são constituídas, interpretadas e hierarquizadas no cotidiano escolar. O problema central que orientou a pesquisa consistiu em examinar de que maneira as práticas institucionais presentes na escola contribuem para a produção e a reprodução de normas de gênero, bem como para a estruturação de hierarquias simbólicas que atravessam as experiências educativas de estudantes e profissionais da educação. Ao retomar esse problema à luz das análises desenvolvidas, torna-se possível compreender que o espaço escolar não pode ser reduzido à condição de mero ambiente de transmissão de conteúdos curriculares, pois nele se articulam processos de socialização, mecanismos de regulação institucional e dinâmicas culturais que configuram modos específicos de interpretar os corpos, os

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

comportamentos e as formas de participação social. A análise das práticas pedagógicas, dos materiais didáticos e das interações cotidianas revelou que as normas de gênero se manifestam tanto em discursos explícitos quanto em dispositivos mais sutis de regulação simbólica que atravessam o cotidiano escolar, orientando expectativas comportamentais e estruturando classificações sociais que distinguem sujeitos conforme categorias culturalmente produzidas. Nesse sentido, a retomada dos objetivos propostos neste estudo permite reconhecer que a investigação buscou compreender não apenas a presença dessas normas no interior da escola, mas também as formas pelas quais elas são produzidas, reproduzidas e, em determinadas circunstâncias, tensionadas pelas interações que estruturam a vida institucional. A reflexão desenvolvida evidencia que o cotidiano escolar opera como um campo de disputas simbólicas no qual discursos culturais, práticas pedagógicas e experiências individuais se entrelaçam na produção de sentidos sobre as identidades de gênero, revelando que as instituições educativas desempenham papel ativo na organização das relações sociais que atravessam a formação dos sujeitos.

A análise dos dados e das discussões teóricas mobilizadas ao longo da pesquisa permitiu identificar que as práticas institucionais presentes na escola participam de maneira significativa da construção de hierarquias de gênero, processo que se manifesta por meio de diferentes dimensões da organização escolar, incluindo a estrutura curricular, os materiais didáticos utilizados nas práticas pedagógicas, as formas de disciplina institucional e as interações estabelecidas entre professores e estudantes. A síntese crítica dos achados evidencia que essas dimensões não operam de maneira isolada, mas integram um sistema complexo de produção cultural no qual normas sociais relacionadas ao gênero são continuamente reiteradas e reinterpretadas. Ao analisar o currículo escolar e os materiais didáticos, verificou-se que determinadas representações simbólicas associam masculinidades e feminilidades a papéis sociais específicos, contribuindo para a naturalização de distinções que atravessam o imaginário cultural e influenciam as expectativas educativas dirigidas aos estudantes. A observação das interações pedagógicas revelou que tais representações se articulam com práticas institucionais que orientam a forma como comportamentos são interpretados, avaliados e disciplinados no cotidiano escolar, produzindo efeitos diferenciados na experiência educativa de meninos e meninas. Ao responder analiticamente à pergunta de pesquisa que orientou o estudo, torna-se possível afirmar que a escola atua simultaneamente como espaço de reprodução e de negociação das normas de gênero, uma vez que as práticas institucionais tanto reforçam padrões culturais historicamente estabelecidos quanto possibilitam a emergência de experiências que tensionam essas normas. Esse movimento

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

revela que as relações de poder presentes no cotidiano escolar não se manifestam apenas por meio de mecanismos formais de controle, mas também através de práticas simbólicas que orientam as formas de reconhecimento e pertencimento no interior da instituição.

A reflexão desenvolvida ao longo do estudo também permite identificar contribuições teóricas e práticas que emergem da análise das relações entre práticas institucionais, currículo e dinâmicas de poder no espaço escolar. Do ponto de vista teórico, a pesquisa reforça a compreensão de que as identidades de gênero devem ser analisadas como construções sociais produzidas em contextos históricos e institucionais específicos, nos quais discursos culturais, práticas pedagógicas e estruturas organizacionais interagem na produção de significados sobre masculinidades e feminilidades. Essa perspectiva contribui para ampliar o debate sobre o papel das instituições educativas na constituição das identidades sociais, ao evidenciar que a escola não apenas transmite conhecimentos formais, mas também participa da formação de disposições culturais que orientam a forma como os sujeitos interpretam suas possibilidades de participação social. No plano prático, os resultados obtidos indicam a necessidade de ampliar reflexões pedagógicas que problematizem as representações de gênero presentes no currículo e nos materiais didáticos, bem como de promover processos formativos que possibilitem aos profissionais da educação reconhecer e questionar os dispositivos simbólicos que estruturam as hierarquias de gênero no ambiente escolar. A análise evidencia que a transformação dessas dinâmicas exige mais do que a inclusão de diretrizes normativas em documentos institucionais, pois envolve a reconfiguração das práticas pedagógicas e das formas de interação que estruturam o cotidiano escolar. Ao reconhecer a complexidade dessas transformações, o estudo aponta para a necessidade de compreender a escola como espaço no qual mudanças institucionais dependem da articulação entre políticas educacionais, formação docente e experiências pedagógicas capazes de problematizar os discursos culturais que sustentam as desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

AFONSO, L. Gênero e processo de socialização em creches comunitárias. **Cadernos de Pesquisa**, n. 93, p. 12-21, 1995

BARBOSA, F. M. D. S. A construção das masculinidades e feminilidades nos livros didáticos. **Educação: Entre saberes, poderes e resistências**, v. 1, n. 1, p. 303-320, 2020

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. D. O. L.; BRITO, M. J. M.; BRITO, M. J. D. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. **RAE eletrônica**, v. 3, n. 2, p. 1-15, 2004

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

CARVALHO, M. E. P. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, 2004

COSTA, F. O.; ANTONIAZZI, A. S. A influência da socialização primária na construção da identidade de gênero: percepções dos pais. **Paidéia**, v. 9, n. 16, p. 67-75, 1999

D'ABREU, L. C. F. A construção social do gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 587-589, 2012

DE ALMEIDA, D. A.; GONÇALVES, H. J. L. Entre o currículo e as masculinidades: descompasso entre o prescrito e o realizado na disciplina de Educação para a Diversidade. **Revista Venezolana de Investigación en Educación Matemática**, v. 5, n. 3, p. 1-20, 2025

DE ALMEIDA, M. G. R. Currículo, professoralidades e sexualidades. **Dissertação (Mestrado em Educação)**, Universidade do Estado da Bahia, 2019

DE ANDRADE FERREIRA, M. D. F.; OLIVEIRA, N. W. S.; DOS SANTOS SOUZA, T. L. Gênero e currículo: revendo concepções, saberes e práticas na escola. **Sertanias: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 2, n. 2, p. 1-28, 2021

DE LIMA, V. C. Representações acerca de mulheres em textos que compõem o material didático de língua portuguesa no ensino médio. **Dissertação (Mestrado em Letras)**, Universidade Estadual de Goiás, 2024

DINIS, N. F. Educação, relações de gênero e diversidade sexual. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008

DUARTE, M. F. S.; DA SILVA COSTA, C. F.; SANTOS, A. C.; SÁ-SILVA, J. R. O corpo e a produção da masculinidade em livros didáticos de ciências. **D'Generus: Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, v. 2, n. 1, p. 71-91, 2023

EXNER, M. K.; CORRÊA, M. G.; LOTTA, G.; FARAH, M. F. S. Implementando diretrizes de gênero na escola: entre a obediência legal e cultural. **Revista @mbienteeducação**, v. 14, n. 1, p. 33-56, 2021

FÁVERO, M. H. A construção social do gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 583-592, 2012

FÉLIX, R. G.; PALAFOX, G. H. M. Relações de gênero na escola: só não vê quem não quer. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 50, n. 3, p. 1-13, 2009

FINCO, D. Brincadeiras, invenções e transgressões de gênero na educação infantil. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 3, n. 1, p. 119-134, 2010

GODOY, K. N. B.; VIEIRA, M. D. P. A construção das identidades de gênero na infância. **Anais do 13º Congresso Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero**, p. 1-12, 2017

LIMA, F. I. A.; VOIG, A. E. G. T.; FEIJÓ, M. R.; CAMARGO, M. L.; CARDOSO, H. F. A influência da construção de papéis sociais de gênero na escolha profissional. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 19, n. 1, p. 33-50, 2017

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

LIMA, P. L. Uma análise sobre a relação entre processos de socialização, identidade de gênero e consumo. **Revista Brasileira de Estudos do Consumo**, v. 13, n. 2, p. 45-62, 2019

MARCHI, R. D. C. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 387-406, 2011

MARQUES, Y. S.; DE OLIVEIRA DOMINGOS, C.; RAMOS, E. M. C. Masculinidades e feminilidades nas imagens do livro didático de Ciências da Natureza da Educação de Jovens e Adultos. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 15, n. 45, p. 338-355, 2022

MIRANDA, A. P. M.; MAIA, B. Olhares, xingamentos e agressões físicas: a presença e a invisibilidade de conflitos referentes às relações de gênero em escolas públicas do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 49, p. 177-202, 2017

RIBEIRO, J. S. B. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 145-168, 2006

RIBEIRO, L.; DA SILVA FIGUEIREDO, P.; DE OLIVEIRA FREITAS, M. Feminilidades e masculinidades do amanhã: uma reflexão sobre as construções de gênero na produção de materiais didáticos em língua inglesa. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, n. 3, p. 357-363, 2003

RODRIGUES, D. I. B. Cultura organizacional e regulação: um olhar a partir da Divisão da Educação Pré-Escolar e do ensino básico da Direção-Geral da Educação. **Dissertação (Mestrado em Administração Pública)**, Universidade de Lisboa, 2016

SALES, S. R. Gêneros e sexualidades nos currículos: invenções, resistências e produção de alegrias em um projeto de formação docente. **ETD Educação Temática Digital**, v. 25, n. 1, p. 1-20, 2023

SANTOS, S. V. S. Socialização de gênero na educação infantil: continuidades e rupturas vivenciadas pelas crianças na família, na igreja e na escola. **Educação UFSM**, v. 42, n. 3, p. 731-750, 2017

SANTOS, S. V. S.; SILVA, I. D. O. Relações de gênero na educação infantil: estrutura e agência no processo de construção de sentidos sobre ser menino e ser menina. **Educar em Revista**, v. 36, n. 1, p. 1-19, 2020

SEFTON, A. P. Prática docente e socialização escolar para as diferenças: um estudo sobre estratégias de transformação da ordem em gênero e sexualidade. **Tese (Doutorado em Educação)**, Universidade de São Paulo, 2013

SOUZA, E. D. J.; DORNELLES, P. G.; MEYER, D. E. E. Corpos que desassossegam o currículo de biologia: (des) classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 1, p. 278-300, 2021

TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. D. S. Socialização de gênero e adolescência. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 147-162, 2005

VICENTE, B. I. Corpo e gênero: suas representações no currículo escolar. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 2, n. 1, p. 45-60, 2017

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v3i1.81

VIEIRA, I. G. B. Gênero: considerações sobre os processos de socialização na construção da infância. **Educação e Tecnologia – Inovações e Adaptações**, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2025

Submetido: 08 de Março de 2026
Aceito: 15 de Março de 2026
Publicado: 16 de Março de 2026

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional